

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL 5/7/2015

1. Seis meses depois das eleições na Grécia, o confronto com o governo grego expõe até que ponto a ditadura do sistema financeiro tomou conta das instituições europeias.

2. Depois de ter existido um pré acordo com base nas propostas apresentadas por Alexis Tsipras, a intransigência europeia abateu-se sobre a Grécia a propósito de uma divergência que representa 0,5% do PIB grego. A Europa está suspensa e os princípios da união monetária postos em causa por qualquer coisa como 800 milhões de euros.

3. Os últimos dias foram claros. O que está em causa, para Bruxelas e FMI, é a derrota política da Grécia, do Syriza e do povo grego que ousaram escolher um futuro fora do partido único que decide os destinos da Europa. A união do PPE e PSE neste processo é dos momentos mais reveladores, e também preocupantes, sobre os caminhos seguidos pelo até aqui chamado projeto europeu.

4. Este afrontamento revela que as verdadeiras motivações do diretório da União Europeia residem na agenda de reformas liberais profundas no mercado de trabalho, de desmantelamento do Estado Social e de privatizações e não nos meros ajustamentos de curto prazo de despesas e receitas públicas.

5. O governo grego, numa decisão histórica para a Europa, decidiu levar a referendo o ultimato dos credores. Quando a austeridade mata e a democracia morre, a Grécia resiste e lança um apelo que é europeu e mundial, contra a ditadura dos mercados e o golpismo das instituições financeiras.

6. O clima de chantagem que rodeia o referendo, por parte das instituições europeias mas também da distorção mediática das grandes cadeias de informação detidas pela oligarquia grega que nunca pagou impostos, atingiu patamares inimagináveis.

7. No próprio dia do referendo, Martin Schultz, o socialista que preside ao Parlamento Europeu, ameaçou os gregos com a necessidade de imprimirem a própria moeda se recusassem o ultimato dos credores.

8. Ao admitir que pode reduzir o financiamento à banca grega no caso de o “Não” vencer o referendo, o Banco Central Europeu quebra as regras da união monetária, discriminando um Estado com base num critério político, e assume-se como o principal ator da chantagem contra um povo. Há um antes e um depois desta inédita declaração do BCE.

9. O que se está a passar na Grécia não diz apenas respeito ao povo grego. É um momento, entre outros, que ajuda a perceber as reais hipóteses de sobrevivência futura da União Europeia como projeto democrático.

10. Seja qual for o resultado do referendo, a forma como o Governo grego se tem batido pelos interesses do povo grego mas também da Europa já mudou muita coisa. Colocou a política no centro da decisão e a reestruturação da dívida no seio do debate europeu. Há hoje uma alternativa à austeridade, uma alternativa solidária e de esquerda, que ganha crescente expressão na Europa.

11. O caminho tem inúmeras dificuldades, mas a obrigação da esquerda é prosseguir determinadamente o combate contra a Europa autoritária com sede em Bruxelas e poder em Berlim. Só a Esquerda tem um caminho para responder à crise e à proposta do capital financeiro para a maioria da população: a pobreza sem fim.

12. A única saída para a crise é uma Europa nova, a partir do arco da solidariedade entre os povos e do controlo público e democrático do sistema financeiro. Colocar a exigência da reestruturação das dívidas no centro do debate europeu é o passo essencial para colocar a finança no lugar e resgatar, finalmente, o emprego, a economia, a democracia e a dignidade na Europa.

13. O empobrecimento como política oficial tem tido no Governo português um dos seus mais fieis discípulos. E é por isso que, mesmo sabendo-se que Portugal é o país que mais tem a perder com a chantagem sobre a Grécia, o Governo português tem estado, desde o primeiro momento, na linha dura contra qualquer pretensão do governo grego. Os eventuais ganhos políticos e eleitorais de PSD e CDS têm-se sobreposto aos interesses do país e dos portugueses. Portugal deixou de ter um Governo para passar a ter uma comissão eleitoral do PSD e CDS.

14. A leviandade e ligeireza demonstrada por Cavaco Silva, que encara o projeto político europeu como uma mera conta de subtrair, apenas encontra paralelo no conto de criança dos “cofres cheios” do governo português. Não só os “cofres cheios” apenas garantem o financiamento do Estado até final de 2015, como nada podem fazer para conter uma brutal depreciação das empresas e o efeito recessivo na economia nacional e internacional de uma zona euro com pressão crescente e sem ser sequer capaz de afirmar as suas fronteiras.

15. Neste contexto não há lugar para ambiguidades na escolha política. O Partido Socialista, ao colocar-se ao lado da chantagem de Martin Schultz para o sim no referendo, e ao colocar o ónus da crise na estratégia do governo grego e do Syriza, ignorando a brutal chantagem do FMI e das instituições europeias, está a escolher o lado dos credores. O Partido Socialista português, como o europeu, não se distingue da direita no confronto que marca o presente e o futuro da Europa e do nosso país.

16. O PCP, apesar de se ter colocado publicamente ao lado do povo grego, manifestou dificuldades em assumir posição sobre o referendo que hoje tem lugar.

17. Tudo isto mostra que é preciso fortalecer em Portugal uma base de apoio alargada à luta do povo grego contra a ditadura dos credores, que possa contar com forças políticas, movimentos sociais e outros e outras apoiantes. Este tem sido o caminho que se vem definindo por intermédio de ações concretas no terreno da solidariedade e onde o Bloco de Esquerda tem um papel determinante.

18. Os resultados da política de austeridade e da submissão de sucessivos governos à chantagem financeira, da Grécia a Portugal, estão à vista: aumento da pobreza, emigração, desemprego e precariedade laboral. O reverso da moeda é uma política de privatizações que tem colocado à venda quase tudo por quase nada.

19. O recente relatório do Tribunal de Contas sobre as privatizações da REN e da EDP, resultado da auditoria à primeira privatização deste governo, é um manual sobre o assalto de que Portugal está a ser vítima. Venda a preço de saldo, completa falta de transparência, inexistência de sanções efetivas em caso de incumprimento do caderno de encargos ou de imperativos de interesse público, contratação de assessorias irregular, promiscuidade entre governo e privados, com a mesma instituição financeira - o BES1 – a avaliar a empresa para o Estado e, logo a seguir, a assessorar o privado na compra.

20. Nestes 4 anos de legislatura PSD/CDS, Portugal perdeu o controlo sobre diversos setores estratégicos, do serviço postal aos aeroportos, passando pela energia, em negócios ruinosos. Perderam-se recursos do Estado e controlo estratégico e soberano, em vendas a preço de saldo e em processos opacos.

21. As empresas privatizadas foram construídas pelo investimento público e são, na generalidade dos casos, empresas lucrativas cujos lucros deixaram de ser receita do Estado e investimento, para passarem a ser distribuídos como dividendos aos investidores estrangeiros, delapidando ainda mais os recursos do país.

O método usado é quase sempre o mesmo: desvalorização da empresa, inclusão do eventual passivo na esfera do Estado, garantia de renda paga pela população e pelo erário público ao comprador privado.

22. O Governo, em reta final de mandato, está a fechar os negócios de privatização da TAP, Oceanário, Transportes Coletivos do Porto e de Lisboa, CP Carga e EMEF. Impedir cada uma destas privatizações é defender o futuro. Portugal não está à venda.

23. Às privatizações e concessões a privados das poucas empresas públicas que restam, o Governo junta a venda do Novo Banco por um preço muito inferior ao custo para o erário público da resolução do BES/Novo Banco. Estima-se uma perda de cerca de 2 mil milhões de euros para o Estado, o que equivalerá a uma subida do défice para 6% no final deste ano.

24. O Governo que recusou sempre garantir o acesso ao subsídio social de desemprego a todas as pessoas em situação de desemprego e sem outros recursos, como o Bloco de Esquerda vem defendendo, invocando a falta de recursos do Estado e a necessidade de cumprimento das metas do défice, aceita agora perder o mesmo montante para oferecer a privados um banco limpo com dinheiros públicos.

25. A resolução do BES e a venda do Novo Banco está a ter as consequências que sempre denunciámos e o governo sempre negou: milhares de milhões de euros de perda para os contribuintes e riscos acrescidos de novas perdas, à medida que o tempo passa, pela litigância que o processo desencadeou.

26. A recusa da maioria PSD/CDS e do PS de, no parlamento e na sequência da comissão de inquérito ao BES, aprovar legislação que previna novas crises bancárias e abusos, como os que ditaram que, nos últimos 6 anos, 6 bancos tenham sido intervencionados em Portugal com dinheiro público, apenas revela a submissão do bloco central ao sistema financeiro.

27. O enfraquecimento do Estado, através de vendas e privatizações, e o abandono das populações ocorrem em todas as áreas e de diversas formas. O mesmo governo que afirma a necessidade de cortes na ordem dos 600 milhões no sistema de Pensões e Reformas, e que corta mais de 704 milhões no ensino básico e secundário, colocando em causa a qualidade da escola pública, mostra-se magnanimamente generoso no financiamento do ensino privado, concedendo mais de 537 milhões, até 2020, para turmas com contrato de associação. Isto, na maior parte das vezes, em prejuízo da oferta da escola pública e à custa da sua deterioração, por asfixia financeira.

28. O Bloco de Esquerda será uma voz permanente da denúncia do assalto ao país pelos grandes interesses financeiros, mas também da construção da

alternativa que defende o interesse público, a criação de emprego e um futuro com dignidade. Entramos no processo de pré-campanha para as eleições legislativas, mobilizando todos e todas que não aceitam a retórica de um país melhor em que as pessoas vivem pior.

29. No passado dia 3 de Julho, o Parlamento discutiu uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos «Pelo Direito a Nascer» que, considerando o que propõe, representa um retrocesso civilizacional que coloca em causa o espírito do referendo de 2007 cujo resultado consagrou o direito à IVG a pedido da mulher, reconhecendo as mulheres como cidadãs autodeterminadas. À boleia da proposta de um regresso ao passado, a maioria PSDCDS propõe taxas moderadoras para a IVG e um princípio de distinção meramente ideológico entre ser-

viços e cuidados médicos incluídos no programa de planeamento familiar. O Bloco recusa a proposta de uma taxa punitiva para a IVG ou qualquer outra medida que coloque em causa direitos sexuais e reprodutivos e que trate as mulheres como cidadãs menores.

30. Durante os meses de Verão, o Bloco de Esquerda reforçará o contacto com a população nos comícios de verão e manter-se-á disponível para prosseguir as tarefas de construção de um movimento solidário alargado relacionado com a situação política na Grécia e na Europa. No final de Julho, realizará o Acampamento de Jovens em São Gião e, no último fim de semana de Agosto, terá lugar no Porto o fórum de ideias Socialismo 2015.